



**ILUSTRÍSSIMA SENHORA SAMARA ROCHA DO NASCIMENTO – PREGOEIRA
SUBSTITUTA DA SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES DO ESTADO
DE RONDÔNIA – SUPEL/RO – PORTO VELHO/RO.**

REF.: ELETRÔNICO Nº 878/2021/CEL/SUPEL/RO

Processo Administrativo nº: 0033.552182/2021-55

Por e-mail: celsupelro@gmail.com

CARVALHO COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI, com sede na Rua João Goulart, nº. 1766 – Bairro Nossa Senhora das Graças – Porto Velho – RO, inscrita no CNPJ sob o nº. 20.077.176/0001-59, neste ato representada por seu Representante Legal, André Luiz Alves de Carvalho, brasileiro, casado, empresário, CPF: 530.061.782-20, doravante denominada **IMPUGNANTE**, vem, respeitosamente, perante V. Senhoria, apresentar:

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO

do Pregão Eletrônico em epígrafe, com base no item 3 e seguintes do instrumento convocatório, bem como no artigo 41, §1º e artigo 109, alínea “d”, da Lei 8.666/93 e artigo 56, §1º da Lei nº 9.784/99, pelos fundamentos de fato e de direito a seguir demonstrados.

Antes, porém, a impugnante considera relevante destacar que a presente impugnação é ato de colaboração com o Poder Público, na medida em que a realização de licitação escoimada de vícios, obscuridades ou lacunas, é do interesse não só da Administração, mas da coletividade, para que se concretizem os princípios insculpidos no inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal e no art. 3º da Lei 8.666/93 - que regem as licitações públicas -, máxime o da isonomia e o da legalidade.

I – DA TEMPESTIVIDADE

1. De proêmio, apenas por zelo e diligência, pertinente justificar, juridicamente, o cabimento da presente Impugnação. Primeiramente, colacionemos as disposições dos parágrafos 2º e 3º do artigo 41 da Lei nº. 8.666/93:

§ 2º O decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

§ 3º A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

2. Conforme disposto no Aviso de Licitação, publicado no site da SUPEL, a abertura do Pregão iniciar-se-á em 07/02/2022 às 10h00min (HORÁRIO DE BRASÍLIA).

3. Conforme prevê o subitem 3.1 do Edital, em até 03 (três) dias úteis que anteceder a abertura da sessão pública, qualquer cidadão e licitante poderá IMPUGNAR o instrumento convocatório do PREGÃO ELETRÔNICO.

4. Leia-se:

4.1. Até 03 (três) dias úteis que anteceder a abertura da sessão pública, qualquer cidadão e licitante poderá IMPUGNAR o instrumento convocatório deste PREGÃO ELETRÔNICO, conforme art. 24 do Decreto Estadual nº 26.182, de 24 de junho de 2021, devendo o licitante mencionar o número do pregão, o ano e o número do processo licitatório, manifestando-se



*PREFERENCIALMENTE via email:
celsupelro@gmail.com (ao transmitir o e-mail, o mesmo
deverá ser confirmado pelo(a) Pregoeiro(a) e/ou equipe de
apoio responsável, para não tornar sem efeito, pelo
telefone (069) 3212-9269, ou ainda, protocolar o original
junto a Sede desta Superintendência de Licitações, no
horário das 07h30min. às 13h30min., de segunda-feira a
sexta-feira, situada na Av. Farquar, S/N - Bairro: Pedrinhas
- Complemento: Complexo Rio Madeira, Ed. Prédio
Central – Rio Pacaás Novos, 2ºAndar em Porto Velho/RO
- CEP: 76.903-036, Telefone: (0XX) 69.3212-9242”.*

5. Da simples leitura da Cláusula editalícia, em consonância com o dispositivo legal supratranscrito, tem-se que os cidadãos interessados, possíveis licitantes, possuem até três dias úteis antes da abertura do Pregão para apresentarem suas Impugnações, as quais devem ser encaminhadas via e-mail.

6. Diante do exposto, tendo em vista o envio do presente a Sra. Pregoeira, via e-mail, em **02/02/2022 (terça-feira)**, incontestável é a tempestividade desta Impugnação, a qual de certa será acolhida para sanar as irregularidades constantes do Edital do procedimento licitatório, sob pena de violação à Cláusula editalícia e à legislação correlata.

II – DO OBJETO DA LICITAÇÃO E DAS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO

7. A Superintendência Estadual de Licitações – SUPEL/RO, deflagrou e publicou o Edital de Pregão Eletrônico em referência que tem por objeto a Aquisição de refeições prontas (desjejum, almoço, jantar e lanche da noite), para atender as necessidades das Unidades Prisionais do Município de Guajará Mirim/RO, pelo período de 12 (doze)



meses consecutivos e ininterruptos, conforme especificações técnicas, unidades e quantidades definidas no Edital de Licitação.

8. Reconhece-se a importância desta licitação e o tempo dispendido para sua realização, todavia, remanescem falhas na composição de custos, que é a única ferramenta utilizada para estimativa de preços para licitação motivo pelo qual é oponente e necessária a presente impugnação.

9. Lembramos que o entendimento corrente na doutrina e na jurisprudência é de que o edital, no procedimento licitatório, constitui Lei entre as partes e é instrumento de validade dos atos praticados no curso da licitação, sendo que, “ao descumprir normas editalícias, a Administração frustra a própria razão de ser da licitação e viola os princípios que direcionam a atividade administrativa, tais como: o da legalidade, da moralidade e da isonomia”, bem como os contidos no art. 3º da Lei das Licitações, *in verbis*:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA ISONOMIA e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios BÁSICOS DA LEGALIDADE, DA IMPESSOALIDADE, DA MORALIDADE, DA IGUALDADE, DA PUBLICIDADE, DA PROIBIDADE ADMINISTRATIVA, DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, DO JULGAMENTO OBJETIVO E DOS QUE LHE SÃO CORRELATOS”.

10. Com a ressalva do devido respeito ao Ilustre Pregoeiro, as exigências previstas no Edital não podem extrapolar a Lei das Licitações e suas alterações, tampouco deixar de atender a jurisprudência atual, sob pena de restrição da competitividade, a qual repercutirá em ilegalidade, conduzindo, eventualmente, até a nulidade do certame.

11. Segundo o saudoso HELY LOPES MEIRELLES, “o princípio da legalidade é o princípio basilar de toda a Administração Pública. Significa que toda atividade

administrativa está sujeita aos mandamentos da lei e deles não pode se afastar ou desviar, sob pena de invalidade”. (In, Licitação e Contrato Administrativo, Melheiros, 11ª edição/1996, p. 34). Tendo matriz constitucional, o art. 37, caput, CF/88 estabeleceu vinculação ao princípio da legalidade também nas contratações públicas, determinando observância à lei de regência, que é a de nº. 8.666/93.

12. Não é sem razão que o aludido diploma legal, logo em seu art. 3º, estabeleceu como princípio fundamental também das licitações públicas, o da legalidade, sendo que nada pode fazer o Administrador Público, em tema de contratações, que fira a Lei nº. 8.666/93 e, em última instância, a Constituição Federal. Também não foi por outro motivo que, já no preâmbulo do Edital do presente Pregão está estampada como regência legal o disposto nas Leis nº. 10.520/02 e 8.666/93, em relação às quais não poderá o Edital se desviar, restringir ou limitar suas prescrições.

13. Esta é a conclusão insofismável a que se chega deste raciocínio introdutório: as cláusulas do ato convocatório devem ser interpretadas sempre em conjunto com a lei de regência, suporte da conduta do Administrador Público, nos termos de nossa Constituição Republicana. Sob tal pressuposto, passamos a apontar os vícios que maculam o presente Edital de Licitação.

a) DA INCORRETA DEFINIÇÃO DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO EPIGRAFADA

14. Conforme se pode extrair do item 7 e seus subitens do edital de licitação em comento, o critério de julgamento da referida licitação seria “MENOR PREÇOS GLOBAL POR LOTE” Vejamos:

*7.1. O julgamento da Proposta de Preços dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital.*



7.1.1. O lance será realizado considerando o VALOR TOTAL de cada Lote.

15. Ocorre que, tal definição, não existe na legislação, nem mesmo na jurisprudência vigente.

16. De acordo com a melhor doutrina, na licitação por item, há a concentração de diferentes objetos num único procedimento licitatório, que podem representar, cada qual, certame distinto. De certo modo, está-se realizando “diversas licitações” em um só processo, em que cada item, com características próprias, é julgado como se fosse uma licitação em separado, de forma independente.

17. Já na licitação por lote ou grupos há uma divisão quando é possível ser constituído de vários itens para um só local ou ambiente.

18. É cediço que não é possível desnaturar um certo objeto, fragmentando-o em contratações diversas e que importam o risco de impossibilidade de execução satisfatória, como é o caso.

19. Todavia, o critério de julgamento Global não se assemelha com menor preço por lote, sendo institutos distintos.

20. Desse modo, ao definir o critério de julgamento como “menor preço global por lote, a SUPEL, passa a criar um critério de julgamento próprio, o qual não existe, conforme já dito, na legislação vigente.

21. O preâmbulo do edital em epígrafe, afirma que a presente licitação está em conformidade com as Leis Federais nº 10.520/02 e nº 8.666/93 e suas alterações a qual se aplica subsidiariamente a modalidade de Pregão, com os Decreto Estadual nº 26.182, DE 24 DE JUNHO DE 2021, nº 16.089/2011 e nº 21.675/2017, Decreto Federal nº 10.024/2019, com a Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, com a Lei Estadual nº 2414/2011, e demais legislações vigentes, entretanto nenhuma dessas legislações citadas definem tal critério de julgamento.

22. Ou seja, de acordo com a legislação e jurisprudência vigente, temos a adjudicação **POR ITEM, POR LOTE OU GLOBAL**, onde os critérios de julgamento



existentes são o de **MENOR PREÇO POR ITEM, MENOR PREÇO POR LOTE e MENOR PREÇO GLOBAL**, sendo o termo “MENOR PREÇO POR LOTE GLOBAL” utilizado no presente certame **INEXISTENTE**. O que deve ser corrigido.

23. É notório que No âmbito dos contratos administrativos, verificam-se algumas dificuldades em apreender os conceitos veiculados pela Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos – LLC). A doutrina reconhece, por exemplo, o problema em se identificar qual o regime de execução mais adequado de acordo com o objeto licitado (Mendes, 2008: 133 e 137). Niebuhr resume bem a problemática:

Há espécie de incompreensão difundida e disseminada pela jurisprudência e por parcela significativa da doutrina sobre o assunto [regime de execução], sobretudo em relação à distinção entre empreitada por preço global e unitário. Tal incompreensão produz repercussões nefastas especialmente para os contratados pela Administração Pública, impingindo a eles, em muitos casos, prejuízos robustos ou quiçá insuportáveis. (2012: 268)

24. Justen Filho (2009: 597), ao seu turno, registra a constatação de equívocos quando da fixação do tipo de licitação:

Não é incomum incorreção do ato convocatório ao definir o tipo da licitação. No preâmbulo ou nas regras gerais, afirma-se que a licitação é de determinado tipo. No entanto, verifica-se que as regras sobre julgamento construíram uma licitação de tipo distinto. Nesses casos, deve-se aplicar o princípio de que a natureza específica de um instituto não deriva da vontade do administrador nem do nome jurídico que lhe tenha sido atribuído.

25. Assim sendo, melhor do que ficar pesquisando nas entrelinhas dos editais ou inferindo de sua análise sistemática quais as diretrizes da licitação, mais adequado é

apresentá-las de forma clara e direta, definindo corretamente os elementos que compõem a licitação, o edital e, por isso, o contrato.

26. Vê-se que no presente caso, a Pregoeira adotou um novo tipo de julgamento, o de **MENOR PREÇO POR LOTE GLOBAL**, expressamente vedado no parágrafo 5º do art. 45 da Lei Geral de licitações (execução como empreitada global e tipo menor preço). Essa confusão prática que existe na utilização dos institutos ora mencionados traz alguns riscos, como a alegação de que se estaria inovando em relação às modalidades ou tipos de licitação previstos na Lei Geral de licitações em seu rol exaustivo.

27. Desse modo, é necessário distinguir e dar tratamento específico a cada um dos institutos, corrigindo o instrumento convocatório nesse sentido.

b) DA INCORRETA AUTORIZAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

28. Verifica-se que o subitem 5.3.3 do Edital permite a participação de cooperativas no presente procedimento licitatório. Segundo a Corte de Contas, não é permitido a participação dessas entidades quando pela natureza da prestação do serviço envolver subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, é o que prescreve a Súmula nº 281, TCU:

“É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de personalidade e habitualidade.”

29. O Ministério Público do Trabalho e a Advocacia Geral da União firmaram acordo, já em 05/06/2003, nos autos do processo n. 01082-2002-20-10-00-0, perante a 20ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, por meio do qual comprometeu-se a União a abster-se de contratar trabalhadores, por intermédio de cooperativas de mão-de-obra, para prestação de serviços ligados às suas atividades fins ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao



tomador, quer em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados.

30. Assim sendo, resta claro que apesar o objeto do contrato ser o Fornecimento de Alimentação, o contratado deverá cumprir toda subordinação ao contratante, deste os cumprimentos nas regras trabalhistas, até o de recebimento de ordem direta do seu contratante, bem como apresentar cópia do pagamento de salários e encargos trabalhistas quando requerido.

31. Neste caso vale dizer, a atuação dos referidos colaboradores não poderá apresentar subordinação – seja entre a cooperativa e os cooperados, seja entre a Administração e os cooperados – pessoalidade, habitualidade. Assim ou exclui-se a participação das Cooperativas destes processos licitatórios, ou exclui-se todas as cobranças diretas advindas Projeto Básico.

c) DA ILEGAL EXIGÊNCIA DE MARCA PARA SERVIÇOS

32. O Edital de licitação em seu subitem 8.2 e seguintes, estabeleceu de forma equivocada que ao registrar suas propostas no sistema Comprasnet, os participantes tem por obrigação informar a **MARCA** do objeto, no caso, de seu serviço, haja vista que as refeições prontas, objeto do certame, possuem a marca da empresa/cozinha que as fabricarem.

33. Por diapasão, o mesmo edital informa logo abaixo que as empresas não podem em hipótese alguma o registro da proposta deve identificar a preponente. Vejamos as disposições equivocadas:

8.2. Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, as Licitantes deverão REGISTRAR suas propostas de preços, no campo “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO”, contendo a DESCRIÇÃO DO OBJETO OFERTADO,



incluindo QUANTIDADE, PREÇO e a MARCA
(CONFORME SOLICITA O SISTEMA COMPRASNET),
até a data e hora marcada para a abertura da sessão,
exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando,
então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de
recebimento de proposta.

8.2.1. As propostas registradas no Sistema
COMPRASNET NÃO DEVEM CONTER NENHUMA
IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE,
visando atender o princípio da impessoalidade e preservar
o sigilo das propostas. Em caso de identificação da
licitante na proposta registrada, esta será
DESCCLASSIFICADA pelo(a)Pregoeiro(a).

34. É de opinião incontestável que o sigilo da proposta consta no art. 3º, § 3º, da Lei 8.666/93, aplicável subsidiariamente ao pregão por força do disposto no art. 9º, da Lei 10.520/02, e visa assegurar a concretização dos princípios da moralidade, competitividade, julgamento objeto e impessoalidade, minimizando os riscos de conluio e fraudes no certame.

35. Seguindo essa lógica é que o Decreto 10.024/19, em que pese exigir o cadastro prévio da proposta no sistema e o envio da documentação em anexo, com o intuito de assegurar o sigilo de informações que poderiam ter o condão de identificar a empresa antes da fase de lances.

36. Todavia, da forma como foi definido no subitem supramencionado, o Edital exige que os participantes indiquem as respectivas MARCAS de suas empresas, haja vista que embora o objeto seja a aquisição, tal objeto é fabricado para fornecimento exclusivo, uma vez que se trata de refeições prontas.

37. Assim sendo, não há como atender a disposição do edital, sem identificar o fabricante das refeições, motivo pelo qual tal exigência deve ser restringida do Edital, uma vez que a mesma está induzindo os participantes a erro, de modo aa identificarem



suas marcas e posteriormente serem desclassificados por quebrarem o sigilo da proposta, uma vez que as REFEIÇÕES PRONTAS não constituem objeto de prateleira e não possuem **MARCA**, a não ser a de seu próprio fabricante.

d) DO VALOR ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO INCOMPATÍVEL COM OS PREÇOS DE MERCADO

38. Infere-se que os sistemas oficiais de referência da Administração Pública devem ter precedência em relação a utilização de cotações feitas diretamente com empresas de mercado, no entanto, o quadro estimativo de preços referenciado pela Administração se encontra defasado e desatualizado.

39. Conforme se verifica do disposto no item do Anexo I do Termo de Referência, o valor total estimado para licitação é R\$ 2.340.703,98 (Dois milhões, trezentos e quarenta mil, setecentos e três reais e noventa e oito centavos) para o período de 12 (doze) meses de vigência do contrato.

40. Consoante se infere do referido edital, verifica-se que o valor máximo proposto para os itens 02 e 03 que compõe o lote único do certame apresentam-se muito abaixo daqueles praticados no mercado, considerando o tipo de fornecimento exigido pelo edital especialmente devido a pretensão de contratação inicial pelo longo período.

41. Conforme disposto o valor cotado e referenciado para os itens 02 e 03 – Almoço e Jantar - é de R\$ 8,66 (oito reais e sessenta e seis centavos), valor este, muito abaixo do praticado no mercado atualmente.

42. Como sabido, as empresas participantes de qualquer processo licitatório necessitam seguir normas fundamentadas em lei, sempre visando estabelecer a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e, por outro lado, sem perder de vista princípios gerais, visando garantir assim, principalmente, a igualdade e a competitividade entre os licitantes.

43. Neste interím, é necessário pontuar que compete a Administração buscar a melhor proposta, desde que seja compatível com a realidade do mercado.

44. Por óbvio que uma proposta com valor discrepante em comparação a realidade atual, embora possa parecer, a princípio ser aquela que de fato melhor represente o interesse público, torna-se inócua, por não haver compatibilidade entre valor e o objeto que se pretende contratar.

45. Portanto, por melhor proposta deve-se entender não somente aquela que oferecer o menor preço, mas também, e principalmente, a que guardar consonância com os requisitos impostos pela Administração como necessários à sua elaboração.

46. A estimativa de preços apresentada pelo órgão deve corresponder a uma contraprestação justa e razoável, de forma a cobrir os custos e permitir que o contratado aufera algum lucro.

47. Ocorre que no caso concreto, tal estimativa de preços é impraticável no mercado, pois sequer cobre os custos para a manutenção do fornecimento. Assim, o valor estimado para a prestação do serviço licitado supracitado, apresenta indícios de inexequibilidade, pois é insuficiente para cobrir os valores de investimento, custos do serviço, suprimentos, embalagens, bem como o salário, encargos incidentes sobre os salários, insumos, taxa administrativa, lucros, tributos e demais despesas que o objeto requer.

48. Neste sentido, a empresa licitante requer seja alterado o valor previsto para a licitação, de modo a compatibilizar com a realidade atual do mesmo para o serviço que se pretende contratar.

49. A pesquisa de preço é uma etapa **obrigatória** para o procedimento licitatório, sendo indispensável a verificação os preços existentes no mercado.

50. A Lei nº 8.666/93 define:

Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

(...)

V - balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública.

51. As aquisições realizadas pela Administração devem estar pautadas pela busca no balizamento dos preços de acordo com o praticado no âmbito dos órgãos e entidades da Administração, contudo, é imprescindível que ao realizar essa busca pelo valor real de mercado, a administração leve em consideração TODAS as nuances que envolvem aquela determinada contratação.

52. Nós precisamos estabelecer uma relação contratual justa, para tanto, a pesquisa de preços não pode simplesmente seguir o padrão de aceitabilidade condizente com o preço praticado no âmbito de outros órgãos e entidades, a Administração é obrigada a considerar a realidade de mercado atual, principalmente no Estado de Rondônia que possui um custo Amazônico para entrega de suprimentos.

53. A Administração deve estabelecer o preço estimado para contratação após ampla pesquisa de mercado, para composição de planilha orçamentária com base em **valores atuais e reais**, para que não haja apresentação de propostas inexequíveis.

54. Neste sentido, realizando uma análise da pesquisa de preços apresentada no edital torna-se claro que foram utilizados como preço de referência contratos realizados no passado, e ainda, sem considerar a real situação do país, em que os **produtos tiveram uma alta extrapolante de preços.**

55. É cediço que a SUPEL vem deflagrando certames licitatórios em favor da Secretária de Justiça com o mesmo objeto (aquisição de refeições prontas) para localidades do estado diferentes, entretanto, nada justifica a discrepância desses valores, uma vez que o custo dos insumos é praticamente o mesmo.

56. Ora, se os serviços a serem executados bem como o fornecimento do objeto se operam de forma e quantidades absolutamente similar, não há porque admitir-se uma diferença de preços de quase 100% abaixo uma da outra.

57. Assim sendo, é inconcebível que um mesmo objeto tenha formação de preço tão distinta uma da outra, conforme quadro demonstrado abaixo:

VALORES ESTIMADOS - PREGÕES SUPEL/RO 2021

ITEM	Nº PREGÃO	MUNICÍPIO	OBJETO	VALOR ESTIMADO
02	332/2021	Pimenta Bueno	ALMOÇO	R\$15,48
03	332/2021	Pimenta Bueno	JANTAR	R\$19,29
02	304/2021	Rolim de Moura	ALMOÇO	R\$15,48
03	304/2021	Rolim de Moura	JANTAR	R\$19,26
02	329/2021	Nova Mamoré	ALMOÇO	R\$15,73
03	329/2021	Nova Mamoré	JANTAR	R\$14,49
02	878/2021	Guajará Mirim	ALMOÇO	R\$8,66
03	878/2021	Guajará Mirim	JANTAR	R\$8,64

58. Assim sendo, os valores estimados para os itens 02 e 03 do pregão em epígrafe são completamente impraticáveis.

59. Conforme exigido no instrumento convocatório, a futura contratada deverá realizar no almoço a entrega de: Um tipo de salada: podendo ser crua ou cozida; com pelo menos dois tipos de vegetais a cada refeição (pode ser repetida no máximo três vezes na semana) b) Um prato proteico (não pode ser repetido durante a semana) c) Uma guarnição (não pode ser repetida durante a semana) d) Arroz e feijão no almoço, todos os dias da semana, com cardápio variado, conforme quadro acima, pelo valor de **R\$ 8.66.**

60. A situação fica ainda mais agravadora no jantar, que possui o mesmo cardápio acrescido de uma fruta: maçã, banana, laranja, mexerica, goiaba, mamão, melão e melancia, a serem entregues sem repetição de qualidades, em quantidades consideráveis, pelo mesmo valor, ou seja **R\$ 8.66.**



61. É incontestável que o valor de referência para os itens de almoço e jantar são impraticáveis, o que torna o objeto completamente inexecutável.
62. É cediço que os preços dos alimentos no mundo dispararam quase 33% em setembro de 2021 em comparação com o mesmo período do ano anterior.
63. O dado é do índice de preços de alimentos mensal da Agência das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, a FAO, que também identificou que os preços globais subiram mais de 3% desde julho, alcançando níveis que não eram vistos desde 2011.
64. O índice de preços dos alimentos é programado para registrar o resultado das alterações combinadas de preço numa gama de produtos alimentícios, entre eles azeites vegetais, cereais, carne e açúcar - e compará-los mês a mês.
65. Ele converte os preços praticados atualmente em um índice, que os compara aos níveis de preços médios entre 2002 e 2004. Esta é a fonte padrão para rastrear os preços dos alimentos, conhecidos como preços nominais (que não são ajustados pela inflação).
66. Portanto, o instrumento convocatório, tal como redigido, viola frontalmente os princípios da legalidade e da seleção da proposta mais vantajosa para Administração Pública, pelo que deve ser aditado para excluir as exigências editalícias que não sejam pertinentes com o objeto licitado, permitindo um maior número de participantes no certame.
67. E mencione-se, derradeiramente, a ofensa ao *princípio da igualdade*, que de igual modo constitui um dos alicerces da licitação, na medida em que busca assegurar igualdade de direitos a todos os interessados em contratar.
68. O *princípio da igualdade*, expresso no artigo 37, XXI, da Constituição, veda o estabelecimento de condições que impliquem preferência em favor de determinados licitantes em detrimento dos demais. Na parte final, o dispositivo deixa claro que o procedimento da licitação somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.



e) DAS INCONSISTÊNCIAS QUANTO AS EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PRESENTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO

69. Importa ter presente, de início, que nos termos do Edital a impugnante constatou que a Administração passou a exigir que para fins de comprovação de qualificação técnica, **as empresas participantes deverão apresentar supostamente documento denominado “atestado de capacidade técnica”** supostamente, pois o termo de referência em seu subitem 19.1.4 e 19.1.5 e seguintes, simplesmente não explica que trata-se da apresentação de DECLARAÇÃO ou ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA.

70. O instrumento convocatório já inicia as exigências sem dizer que tipo de documento se trata, onde não menciona a forma nem o tipo de desempenho que a licitante deverá comprovar, ou seja, se satisfatório ou não, vejamos:

13.8. RELATIVOS à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.8.1 Declaração de que apresentará no ato da assinatura do contrato, comprovação de capacidade técnica-profissional, conforme disposto no Inc. I do §1º, do art.30 da Lei Federal 8666/93, e posteriormente alterações, mediante demonstração de ter em seu quadro funcional, o profissional nutricionista, reconhecido pela entidade competente (Conselho Regional de Nutrição) através de registro na Carteira Profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo admitida a contratação de profissional autônomo (Art.5º e art.6º da Resolução 419 de 24 de Março de 2008).

19.3 Entende-se por pertinente e compatível em características os atestados que em sua individualidade ou soma de atestados concomitantes no período de execução (tendo sido o objeto



executado no mesmo período), contemple o objeto da contratação. (Conforme Orientação Técnica nº 001/2017/GAB/SUPEL, art. 3º, II).

19.4 A Orientação Técnica n. 001/2017/GAB/SUPEL, alterada pela Orientação Técnica n. 002/2017, em seu art. 3º, dispõe sobre o atestado de capacidade técnica. Eis o teor:

19.5 Art. 3º Os Termos de Referência, Projetos Básicos e Editais relativos à aquisição de bens e materiais de consumo comuns, considerando o valor estimado da contratação, devem observar o seguinte: a) até 80.000,00 (oitenta mil reais) - fica dispensada a apresentação de Atestado de Capacidade Técnica; b) de 80.000,00 (oitenta mil reais) a 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) apresentar Atestado de Capacidade Técnica que comprove ter fornecido anteriormente materiais compatíveis em características; c) acima de 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) – apresentar Atestado de Capacidade Técnica compatível em características e quantidades, limitados a parcela de maior relevância e valor significativo;

71. Por outro giro, constatou-se que tais documentos (atestados ou declarações), ainda que não definido a forma de apresentação, tampouco se satisfatórios ou não, deverão demonstrar competitividade em *características, quantidades e prazos*, porém, ao definir o quantitativo da parcela de maior relevância a administração ocorreu em equivoco e extrapolou os limites estabelecidos pelos órgãos de controle, senão vejamos:



a) Entende-se por pertinente e compatível em características o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma de atestados, **contemplem as parcelas de maior relevância do objeto desta licitação, ou seja, os itens 2 e 3 do item 5 deste termo.**

b) Entende-se por pertinente e compatível em **quantidade** o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma de atestados concomitantes no período de execução (tendo sido os fornecimentos dos atestados prestados no mesmo período), **comprove que a empresa forneceu ou fornece satisfatoriamente as parcelas de maior relevância do objeto desta licitação, ou seja, os itens 2 e 3 do ANEXO I deste termo, com pelo menos 30% (tinta por cento) do quantitativo solicitado. (Conforme Orientação Técnica nº 001/2017/GAB/SUPEL, art. 3º, III).**

72. Conforme podemos observar, as disposições da forma que estão tornam a exigência confusa, onde o mesmo não invalida o instrumento convocatório e não é a inconsistência mais grave, explico:

73. Quando se fala em parcela de maior relevância, não podemos desconsiderar o critério de julgamento definido para a licitação, no caso, conforme item 12 do Projeto Básico, o critério de julgamento seria supostamente o **MENOR PREÇO POR LOTE GLOBAL**, entretanto, ao que melhor se aplica é uma licitação cujo critério de julgamento é **MENOR PREÇO GLOBAL**, uma vez que o critério **“LOTE GLOBAL” NÃO EXISTE na literatura jurídica licitatória conforme já explicado na alínea “a” desta peça**, e considerando que não há aglutinação de itens diversos para várias localidades. Entrementes, embora esteja incorreto a nominação do critério estabelecido no Edital, isto também não é o mais grave, explico:

74. A presente licitação é composta de um lote único que contem 4 itens, quais sejam: desjejum, almoço, janta e lanche.

75. A alínea “b” do item supramencionado exige que a licitante comprove que a empresa forneceu ou fornece as parcelas de maior relevância do objeto da licitação, **dos itens 2 e 3**, com pelo menos 30% (trinta por cento) do quantitativo solicitado.

76. De acordo com a jurisprudência do TCU, pacificada há anos, é irregular a exigência de atestado de capacidade técnico-operacional com quantitativo mínimo **superior a 50% do quantitativo** de bens e serviços que se pretende contratar, a não ser que a especificidade do objeto o recomende, situação em que os motivos de fato e de direito deverão estar devidamente explicitados no processo licitatório, o que não é o caso, pois não há na instrução processual em epígrafe qualquer justificativa técnica para o fato.

77. A jurisprudência do TCU testifica esse sentido:

Acórdão 2696/2019-Primeira Câmara

9.2. dar ciência à Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., com fundamento no art. 7º da Resolução-TCU 265/2014, sobre as seguintes impropriedades, identificadas no Pregão Eletrônico 14/2018, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrência de outras semelhantes:

[...]

*9.2.2. **a exigência** contida no item 10.1.2.1 do edital do certame, de comprovação de capacidade técnica operacional por meio de fornecimento anterior para universo de no mínimo 1.000 (mil) pessoas, contraria a jurisprudência do TCU, que é no sentido de a fixação de quantitativo mínimo não deve ser superior a 50 % do quantitativo de bens e serviços que se pretende*



contratar, conforme Acórdãos 737/2012 e 827/2014, ambos do Plenário, entre outros;

Acórdão 2924/2019-Plenário

[...]

9.2.3. a exigência de qualificação técnica prevista na alínea "d.2" do subitem 10.2 do edital fixou quantitativos mínimos superiores a 50% do quantitativo de bens e serviços que se pretende contratar para os eventos tipo "coquetel", o que se opõe ao entendimento externado mediante os Acórdãos Plenário 737/2012 e 827/2014, a não ser que a especificidade do objeto o recomende, situação em que os motivos de fato e de direito deverão estar devidamente explicitados no processo administrativo da licitação;

78. A definições exigidas, como se encontram, tornam o certame restritivo e ilegal, pois não atende o que estabelece o nosso ordenamento jurídico, onde caso não alterado será com certeza objeto de nulidade em recursos administrativo e/ou judiciais.

79. Outro problema que envolve as definições da qualificação técnica é que o percentual de 30% exigido não acentua um número inteiro de refeições, quer seja de forma individual (almoço ou jantar) quer seja o somatório dos itens 2 e 3, quando se aplica o percentual de 30%, obtém-se um número quebrado e não inteiro, o que é completamente inaceitável e subjetivo, pois deixa mais uma lacuna na dispensa de licitação pretendida.

80. Assim sendo, com o objetivo de prevenir qualquer tipo de dano ao erário, o projeto básico merece ser reformado, pois as disposições confrontam os princípios que regem as licitações públicas, principalmente o da legalidade.



81. Em virtude destas considerações, é cristalina a ilegalidade, onde o ato convocatório viola o princípio da isonomia quando estabelece discriminação desvinculada do objeto da licitação, **prevê exigência ilegal, abstrata e duvidosa** as quais não envolvem vantagem para a Administração, impõe requisitos desproporcionados com necessidades da futura contratação, adota discriminação ofensiva de valores constitucionais ou legais.

82. As exigências de qualificação técnica da forma que estão previstas no projeto básico **certamente frustrarão todo o procedimento de dispensa de licitação que a administração pretende.**

83. Assim, deve a Administração promover a retificação do Projeto Básico neste sentido.

84. Destarte, que comumente, se uma empresa comprova o quantitativo mínimo exigido para um lote, isso demonstra que ela possui capacidade técnica para executar todos os lotes maiores, inexistindo legalidade na soma do quantitativo de todos os lotes arrematantes.

85. Desse modo, se faz necessário os devidos esclarecimentos e retificações para que a licitante possa ofertar sua melhor proposta.

III – DOS PEDIDOS

86. Ante o exposto, REQUER-SE o acatamento à presente impugnação ao Edital de Pregão Eletrônico epigrafado, nos termos acima expostos, para que:

- 1) Que seja recebido em sua totalidade, retificando os itens impugnados, assim como, os devidos esclarecimentos de forma clara e objetiva;
- 2) Seja o edital retificado, promovendo-se as devidas alterações, sob pena de frustrar a competição, além de ferir as normas e princípios que regem a matéria;
- 3) Seja suspenso o edital, para a realização de nova pesquisa de preços, seja por solicitação por “e-mail”, ou por pesquisa na rede de internet, com aferição pelas

21



empresas locais, a fim de obter valores justos para a obtenção da média dos valores de referência;

- 4) Seja realizada a revisão dos preços estimados, de modo que sejam consideradas as variações atuais de mercado, considerando ainda o aumento do custo amazônico para os insumos, em função do Corona Vírus.
- 5) Seja retificado o Termo de Referência, promovendo-se as devidas alterações, sob pena de frustrar a competição, além de ferir as normas e princípios que regem a matéria;
- 6) Seja reaberto o prazo inicialmente previsto para abertura da sessão pública, conforme § 4º, do art. 21, da Lei nº 8.666/93.
- 7) Sejam realizadas as adequações necessárias quanto a ilegalidade nas exigências de qualificação técnica quanto aos percentuais acima do permitido;

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

Porto Velho-RO., 02 de fevereiro de 2022.

CARVALHO COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI
CNPJ: 20.077.176/0001-59
ANDRÉ LUIZ ALVES DE CARVALHO